

## **Turismo e inclusão: inserção dos deficientes visuais em espaços turísticos urbanos**

### **Tourism and inclusion: the insertion visual disasters in urban tourist areas**

Jeferson Alves Franco (FRANCO, J. A.)\*

**RESUMO** - O presente artigo pretende apresentar um recorte da pesquisa realizada no projeto de planejamento e gestão do turismo, do curso de turismo da UFPR. Neste trabalho o objetivo foi apresentar a importância da inclusão de deficientes visuais em espaços turísticos urbanos, usou de metodologia qualitativa exploratória e bibliográfica. Utilizou-se questionários como instrumento de coleta de dados, aplicados via plataformas online. O resultado obtido foi a apresentação de que o turismo em espaços urbanos pode ser facilitado através de ferramentas de apoio a deficientes visuais.

Palavras-chaves: Turismo; Espaço Urbano; Inclusão de Deficientes Visuais.

**ABSTRACT** - This present paper aims to introduce a review of the research realized in the tourism planning and management project of the UFPR tourism degree. In this project the objective was present the importance of the inclusion of visually impaired people in urban touristic spaces, using a qualitative exploratory and bibliographic methodology. Were applied surveys as an instrument to collect the data by online platforms. The result obtained was the presentation that tourism in urban spaces can be facilitated through tools to support the visually impaired.

Key words: Tourism; Urban Space; Inclusion of the Visually Impaired.

---

\* Universidade Federal do Paraná. E-mail: [jeferson.trilhas@gmail.com](mailto:jeferson.trilhas@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho contextualiza a relação entre a acessibilidade e o turismo em espaços urbanos, tendo por objetivo apresentar a importância da inclusão de deficientes visuais em espaços turísticos urbanos, se justifica pela necessidade de incluir a grande parcela da população que são deficientes visuais e não possuem recursos mínimos para a realização de atividades turísticas em grandes espaços urbanos.

## A CULTURA E O TURISMO CULTURAL

As formas de visualizar e entender a cultura estão ligados de maneira concreta com a arte, arquitetura, cultivo da terra ou pelo legado cultural deixado por um povo em toda sua existência, sendo necessária a preservação desta herança. Os deficientes visuais também devem ter oportunidade de vivenciar estes legados. Deve haver a preocupação em repassar igualmente estes legados para eles, de modo que a cultura faça parte de sua memória e essência.

As relações entre o turismo e cultura remetem aos tempos em que a burguesia começou a viajar em busca de lazer e descanso, ou mesmo visitar as grandes maravilhas do mundo antigo.

Desses primórdios tempos até a atualidade, a cultura continuou a ser uma das principais razões para a viagem; com o tempo, modificou-se, porém, a forma como os inúmeros turistas visitam atrativos turísticos culturais. (BRASIL, 2006, p. 9).

Para o Ministério do Turismo (2016, p. 9), “A própria noção de cultura anteriormente ligada à ideia de civilização ampliou-se e passou a incluir todas as formas de ser e fazer humanos. Dessa forma, entende-se que todos os povos são detentores de cultura.” e, nesse sentido, o turismo utiliza os bens históricos, arquitetônicos, urbanos, rurais e naturais, que se configuram em elementos em que se apoiam a realização das atividades turísticas, como o segmento do turismo cultural. Para o Ministério do Turismo, o turismo cultural está baseado em:

Turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivências do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. (BRASIL, 2006, p. 10).

Para Ignarra (1999, p. 120), o turismo cultural “compreende uma infinidade de aspectos, todos eles passíveis de serem explorados para a atração de visitantes”. Em vista disso, o turismo cultural está totalmente ligado a relação ente o expectador observante e o patrimônio cultural existente. A relação entre a vivência do atrativo e do turista embasa o objeto de estudo deste trabalho, dada a relação entre o deficiente visual e os espaços de realização da atividade turística.

As atividades turísticas voltadas para o turismo cultural no espaço urbano correlacionam o turismo e a vivencia da população, promovendo uma integração social do turismo com o espaço e a cultura local, promovendo, desta forma, a necessidade de melhorias na infraestrutura, elaboração de novas plataformas de acesso aos atrativos, dentre outros, ocasionando o desenvolvimento da cidade e do turismo, provocando a acessibilidade de deficientes visuais aos centros urbanos por turistas e a população local.

Para desenvolver a temática proposta desta pesquisa, foram elencados alguns conceitos para fundamentar as proposições nela feitas, como espaço, espaço urbano, cidade e deficiência visual, conforme segue:

Espaço reflete a sociedade que nele está inserido. Desta forma, o espaço apresenta modificações decorrentes do tempo, sendo ele fragmentado ou articulado.

[...] o espaço tem sofrido profunda modificação, quer nas relações com o território próximo, quer na relação com espaços completamente novos, que podem nascer de intervenções concretas ou simbólicas: viver o espaço é uma construção de sentido que condiciona a sensibilidade, mas que também é condicionada por ela. (GASTAL, 2006, p. 81).

Para Carlos (1994, p. 26), “isso quer dizer que, em cada momento do processo produtivo, teremos um espaço determinado e específico, uma vez que ele é produzido em função das exigências e necessidades da sociedade.”

Para tanto a cidade inerente no espaço urbano é considerada como um todo, seja:

Fragmentada, articulada, reflexo e condicionante social, a cidade é também o lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem. Isto envolve o cotidiano e o futuro próximo, bem como as crenças, valores e mitos criados

no bojo da sociedade de classes e, em parte, uma rua espacial etc. O espaço urbano assume assim uma dimensão simbólica que, entretanto, é variável segundo os diferentes grupos sociais, etários, etc. (CORRÊA, 2004, p. 9).

Ainda, Gastal (2006, p. 63), afirma que “a cidade constitui-se como cultura e civilização, centro de saber e de produção de estímulos que levam a intelectualizarão da experiência”. A cidade é o local de convívio de experiências que interage com o imaginário e intelecto dos moradores.

A cidade é o espaço de relações sociais e de consumo, sendo o turismo uma relação de consumo, pois se apropria e consome os serviços e os espaços culturais existentes na cidade, como o transporte, teatros, lojas e serviços sociais, centros históricos, dentre outros.

Compreender o espaço surge da ação do imaginário da população de como ela o vê, o idealiza e o desenvolve. Desta forma, as pessoas usam do imaginário para representar o espaço em que estão inseridos. Gastal diz que:

Ver o espaço como fruto de uma construção social de imagens e imaginários significa admitir que os espaços diferem de cultura para cultura, ou seja, que estamos lidando no campo do significante e não apenas no significado. (GASTAL, 2006, p. 82).

Para compreensão destes significados se faz importante conceituar e entender a deficiência visual, a fim de atingir o objetivo geral de deste trabalho de propagar a inclusão de deficientes visuais no turismo em centros urbanos. Segundo o Instituto Benjamin Constant:

Considera-se Pessoa Portadora de Deficiência (PPD) aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou reduções de sua estrutura, ou função anatômica, fisiológica, psicológica ou mental, que gerem incapacidade para certas atividades, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. (INSTITUTO BEJAMIN CONSTANT, 2015).

Ainda, o instituto define a deficiência visual como,

A deficiência visual é a perda ou redução de capacidade visual em ambos os olhos em caráter definitivo, que não possa ser melhorada ou corrigida com o uso de lentes, tratamento clínico ou cirúrgico. Existem também pessoas com visão subnormal, cujos limites variam com outros fatores, tais como: fusão, visão cromática, adaptação ao claro e escuro, sensibilidades a contrastes, etc. (INSTITUTO BEJAMIN CONSTANT, 2015).

A visão é um dos principais sentidos para a condição humana, pois auxilia na concepção de percepção do mundo e amplitude do espaço. Ela pode proporcionar o acesso e a liberdade de mobilidade.

A visão reina soberana na hierarquia dos sentidos e ocupa uma posição proeminente no que se refere à percepção e integração de formas, contornos, tamanhos, cores e imagens que estruturam a composição de uma paisagem ou de um ambiente. É o elo que integra os outros sentidos, permite associar som e imagem, imitar um gesto ou comportamento e exercer uma atividade exploratória circunscrita a um espaço delimitado. (SÁ *et al.*, 2007, p. 15).

A ausência deste sentido implica na limitação das percepções de espaço e forma, percepções estas que não podem ser sentidas e atendidas pelos demais sentidos. A perda ou ausência da visão pode gerar transtorno para usufruir de espaços importantes para a formação do indivíduo. Todavia, outros sentidos como a audição pode lhe proporcionar o conforto e suprir parcialmente esta ausência.

O drama da cegueira consiste fundamentalmente na incapacidade de estabelecer as devidas diferenças visíveis entre os seres. Para o cego, o mundo visível tende a igualar-se: via de regra, é o mesmo estando diante de um quadro de Botticelli ou de uma tela em branco. (OLIVEIRA, 2001, p. 41).

Assim, a deficiência visual se faz uma das deficiências mais trabalhada por especialistas e pesquisadores, devido à influência que a ausência da visão pode causar, visto que as necessidades da visão não podem ser supridas de outras formas.

Pois, o portador de deficiência visual não sabe qual a circunscrição espacial em que pode atuar, necessitando de movimentação mais cautelosa, muitas vezes amparada pelo auxílio de instrumentos (bengala), animais treinados para este fim, ou outras pessoas. (BIZINELLI, 2011, p. 39).

A deficiência visual se torna a dificuldade inicial para a vivência do ser humano na sociedade, pois faz o deficiente dependente em princípio, seja do auxílio humano ou de outras formas de auxílio.

Portanto, quando ocorre a perda de um sentido, seja ela parcial ou total, outros sentidos o assumem. Assim, é possível compreender que muitos deficientes visuais possuem autonomia devido ao processo de apropriação de sentidos, como o tato ou a audição, possibilitando a independência. Como exemplo:

As informações tátil, auditiva, sinestésica e olfativa são mais desenvolvidas pelas pessoas cegas porque elas recorrem a esses sentidos com mais frequência para decodificar e guardar na memória as informações. Sem a visão, os outros sentidos passam a receber a informação de forma intermitente, fugidia e fragmentária.

A audição desempenha um papel relevante na seleção e codificação dos sons que são significativos e úteis. A habilidade de atribuir significado a um som sem perceber visualmente a sua origem é difícil e complexa. (SÁ *et al.*, 2007, p. 15).

Para tanto, demonstra a possibilidade de ações inclusivas aos deficientes visuais, propondo a utilização de outros sentidos como a audição para a realização de atividades, dentre elas as atividades relacionadas ao turismo.

Assim, se faz com que os deficientes visuais, em seu espaço de convívio, exerçam o seu imaginário da composição dos elementos espaços urbanos. Portanto, a cidade deve considerar a necessidade de incluir os deficientes visuais no usufruto do espaço, especialmente quando se trata do espaço de uso turístico, oferecendo o suporte necessário para que o deficiente visual usufrua dele, de forma livre e independente.

## **INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE**

Existe um contrassenso voltado para o processo de inclusão de pessoas com deficiências de modo geral, pois a sociedade se vê distante dos deficientes para incluí-lo, questionando o motivo para tal, afirmando não saber como reagir perante o fato e, em especial, a deficiência visual. Percebe-se que a população, por vezes, demonstra não saber como reagir diante dos portadores de deficiência.

Conforme a Constituição Federal Brasileira, dos direitos e deveres individuais e coletivos, no artigo 5º, onde:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988).

Também, a declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela ONU. Em seu artigo 1º, diz que, “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns

aos outros com espírito de fraternidade.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Desta forma, partimos do princípio da igualdade em que a inclusão deve estar inerente a todos, e todos devem ter livre acesso a locais públicos. Coloca-se, neste trabalho, a necessidade de processos de inclusão.

[...] incluir quer dizer repensar tudo para considerar a todos, o que exige atingir níveis mais altos de tolerância e convivência, para que haja também a empatia necessária que, além de auxiliar na inclusão, acaba por gerar aprendizados importantes na influência mútua que acontece entre as pessoas em sua diversidade. (BIZINELLI, 2011, p. 42-43).

Portanto, é necessário trabalhar efetivamente o processo de inclusão. Um gesto gerado pela ação conjunta do envolvidos que compartilham deste processo, de ganhos recíprocos de aprendizados e saberes, transformando-o em um gesto singular para o acolhimento efetivo de todos.

Durante muitos anos, uma pessoa cega que falasse bem, tivesse desempenho acadêmico satisfatório e bom nível de informação e verbalização deslumbrava e maravilhava a todos. Nada mais se esperava dela, em termos de autonomia e de independência. Assim, a educação de uma criança portadora de deficiência visual se voltava basicamente para seus êxitos intelectuais.

Essa reação demonstrava a expectativa geral quanto às possibilidades de uma pessoa deficiente visual: o preconceito impedia que ela fosse considerada capaz de executar toda a gama de atividades que faz parte do cotidiano – deslocar-se com independência, cuidar-se e vestir-se com adequação, alimentar-se, interagir socialmente de forma prática e adequada, competir no mercado de trabalho, casar-se, enfim, exercer seu papel de cidadão que conta com o respeito da sociedade e é aceito. (GIL (org.) 2000, p. 6).

Muitos preconceitos criados no entorno da deficiência visual se extinguíram, entretanto, a sociedade ainda deve trabalhar muito para que o processo de inclusão seja efetivo, não por ser tratar de requisito da constituição e de outras leis, mas por desejo mútuo social.

O Turismo é uma das atividades que, nos últimos anos, tem apresentado preocupação com a inclusão e a acessibilidade.

Para o Ministério do Turismo a igualdade social pressupõe garantir a acessibilidade a todos, independentemente das diferenças, e entender a diversidade como regra e não com exceção. Nessa reflexão, surge um novo paradigma, em que esses valores agregados conduzem a acessibilidade a uma cultura na qual as necessidades das pessoas com deficiência e com restrição

de mobilidade assumem um caráter estratégico de ação efetiva do Estado. Nesse caso, é responsabilidade do Ministério do Turismo sensibilizar e disseminar orientações acerca da acessibilidade nos mais diversos setores ligados direta e indiretamente à atividade turística, tais como prestação de serviços, equipamentos e atividades turísticas. (BRASIL, 2009, p. 9)

Conforme as exposições feitas, é válido considerar que este estudo busca a inserção das pessoas com deficiência na atividade turística, com enfoque nos centros urbanos. Portanto, o conceito de acessibilidade deve estar ligado a construção da acessibilidade no turismo, em que a sociedade se adapta e compreende a necessidade de adequações para suprir as limitações dos deficientes.

O Programa de Ação Mundial para Pessoas Portadoras de Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU, 1982) diz que:

A finalidade do Programa de Ação Mundial referente às Pessoas Deficientes é promover medidas eficazes para a prevenção da deficiência e para a reabilitação a realização dos objetivos de "igualdade" e "participação plena" das pessoas deficientes na vida social e no desenvolvimento. Isto significa oportunidades iguais às de toda a população e uma participação equitativa na melhoria das condições de vida resultante do desenvolvimento social e econômico. Estes princípios devem ser aplicados com o mesmo alcance e a mesma urgência em todos os países, independentemente do seu nível de desenvolvimento. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1982)

Portanto, toda a sociedade e empresários devem realizar ações para a adaptação dos espaços acessíveis às pessoas com deficiência e, em especial na atividade turística, fazem-se necessárias às adaptações na parte estrutural, no atendimento com a capacitação do quadro funcional.

## **RESULTADOS OBTIDOS**

Para analisar o interesse por parte dos deficientes visuais em atividades turísticas e a indicação ou proposição de ferramentas de auxílio a estas atividades realizou-se questionários estruturados com os portadores da deficiência, no intuito de cumprir os objetivos propostos, apresenta a análise dos dados coletados na pesquisa com os deficientes visuais, realizada com 12 deficientes visuais, havendo apenas 8 questionários validados, realizou-se no período de 27 a 29 de agosto de 2016, via *Google Docs*, onde obtiveram acesso através do link da plataforma publicado em grupos

do *Facebook*, Desta forma se desenvolveu o novo recorte espacial da pesquisa sendo: Deficientes visuais que utilizem plataformas digitais.

Para tanto, foram questionadas pessoas adultas de ambos os sexos, com experiências de vida diferenciadas, tendo nascido ou não com a deficiência, o que proporciona um cenário amplo quanto à opinião dos mesmos sobre o tema acessibilidade e turismo.

Apresentam-se, a seguir, os resultados obtidos com as citadas fontes de pesquisa. No que se refere ao gênero e idade, constatou-se que, 71% dos entrevistados possuem entre 36 a 60 anos de idade, predominantemente do sexo feminino.

Quando questionados se realizam atividades de lazer e turismo, 57% dos entrevistados afirmam realizar essas atividades, enquanto 43% afirmam não realizar. Ainda, aos que realizam atividades, foi questionado quais atividades realizam; as respostas obtidas dos que afirmaram realizar atividades, em sua maioria estão ligadas as questões culturais como teatro, cinema e eventos musicais, além de afirmarem realizar viagens.

Quando questionados sobre o costume de viajar, 71% dos entrevistados afirmam viajar, dos quais 80% viajam sozinhos e 20% alegam não viajar sem companhia. Os 29% restantes não viajam, mas que, se a viagem for necessária, será realizada acompanhado de familiares.

Voltando para o tema da cultura, os entrevistados foram questionados sobre o grau de importância da cultura para eles, respondendo que a cultura é de extrema importância. Um dos entrevistados informou que a cultura necessita de mais acessibilidade, como a áudio descrição em museus e cinemas.

Ao questionar se os entrevistados já utilizaram alguma forma de áudio descrição para o turismo, 57% dizem não ter utilizado forma alguma, enquanto 43% afirmam já ter utilizado o recurso.

Com este questionário, pôde-se constatar que os deficientes visuais buscam realizar atividades voltadas a cultura e turismo e que estas se disponham de forma acessível, além de expor a necessidade de adaptação ou que sejam idealizadas algumas formas de utilização dos espaços voltados a atividades culturais e atrativos, sendo assim, visível o interesse por parte deste grupo de pessoas na realização de atividades turísticas.

## CONCLUSÃO

Esta pesquisa constatou-se conforme os dados apresentado que é possível proporcionar um aumento no fluxo turístico em espaços urbanos, em especial pelos portadores de deficiência visual, resultado observado a partir das respostas acerca da necessidade de cultura e turismo acessível apresentada pelos deficientes entrevistados.

A pesquisa constatou que se faz necessário a existência de ferramentas importante no auxílio a inclusão dos deficientes visuais em espaços urbanos, possibilitando a perpetuação do conhecimento de bens históricos materiais edificados e da história da cidade, despertando um fluxo de turismo diferenciado e, conseqüentemente, motivando a preservação dos bens históricos por parte da iniciativa privada e, especialmente, do poder público, possibilitando a implantação ferramentas de auxílio táteis, dentre outras ferramentas.

Assim, este trabalho buscou contribuir para a que cidades através da utilização das novas tecnologias e da necessidade de investimentos por parte do poder público na infraestrutura visando a acessibilidade urbana, possa contribuir na inclusão de deficientes visuais nos espaços urbanos, possibilitando aos deficientes visuais locais e turistas usufruírem de diversos espaços públicos, e às cidades o ganho do reconhecimento como um destino acessível.

## REFERENCIAS

BIZINELLI, C. **Enoturismo e Turismo de Experiência**: Novas possibilidades para a inclusão de pessoas com deficiência visual, Toledo – PR. 151p. Trabalho de Conclusão de Graduação – Curso de Bacharelado em Turismo, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 05/05/2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Turismo cultural**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. 44 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Acessível: Introdução a uma Viagem de Inclusão**. Volume I. Brasília: Ministério do Turismo, 2009, 48 p.

CARLOS, Ana Fani A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CORREA, R. L.. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Atica, 2004. 94 p., il. (Princípios, n.174). Inclui Bibliografia. ISBN 8508032609 (broch.).

FRANCO, Jeferson Alves. **Linha Pinhão/Pegadas da Memória: Uma proposta para inclusão de pessoas com deficiência visual na cultura e no turismo de Curitiba**. 2016. 116 f. TCC (Graduação) - Curso de Turismo, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

GASTAL, S. **Alegorias Urbanas: O passado como subterfúgio**. Campinas, SP. Papirus. 2006.

GIL. M. (org.). **Deficiência visual**. Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000. Disponível em:  
<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf>>. Acesso em: 26/05/2016.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em:  
<[http://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10133.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm)>. Acesso em: 26/05/2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Programa de Ação Mundial para Pessoas Portadoras de Deficiência**. Tradução de: Stummer, T. C. F. São Paulo: Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência, 1992.

SÁ, E. D. *et al.* **Atendimento educacional especializado: deficiência visual**. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007. Disponível em:  
<[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee\\_dv.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf)>. Acesso em: 26/06/2016.